



v. 11, n. 1 – 2022 – ISSN 2316-395X – DOSSIÊ

A patrimonialização de um acervo pessoal

The patrimonialization of a personal collection

La patrimonialización de una colección personal

Maria de Fátima Fontes Piazza¹
Giane Maria de Souza²

Recebido em: 18/3/2022
Aceito para publicação em: 23/3/2022

¹ Doutora e professora aposentada da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), do curso de graduação e do Programa de Pós-Graduação em História. Coordena o projeto de pesquisa “O campo artístico latino-americano e suas conexões, a partir de dois artistas uruguaios: Raquel Aliseris Bernadá e Carlos Washington Aliseris”, da UFSC. Possui diversas publicações nacionais e internacionais, destacando-se: *Mediações e mediadores culturais: escritores, artistas e divulgadores* (Casa Aberta, 2021); *Moda e signos de distinção social na vida de um artista uruguaio* (REAMD, 2021); *Cultura impressa: das páginas dos jornais à circulação da arte gráfica* (Prismas, 2019); *Intelectuais: trajetórias, mediações e compromissos* (CRV, 2019); *A contribuição da história dos intelectuais para o estudo do campo artístico* (Milfontes, 2019).

² Doutora em História pela UFSC. Representante do setor de patrimônio material no Conselho Estadual de Cultura de Santa Catarina (CEC/SC). É uma das coordenadoras do Grupo de Trabalho de Patrimônio da Associação Nacional de História (ANPUH/SC). Especialista cultural – educadora do Arquivo Histórico de Joinville (AHJ).

Resumo: Esta comunicação pretende refletir sobre a patrimonialização de um acervo pessoal, com base no arquivo de Walter Fernando Piazza, desde sua constituição como coleção privada até o processo de custódia para a consulta pública. Metodologicamente o presente texto se divide em dois momentos: o primeiro aborda as relações de composição e gestão de acervo pessoal, suas influências e usos sociais e políticos, sobretudo demarcando que esses processos são oriundos do colecionismo; o segundo momento reflete os processos de transição de acervo do gabinete (esfera privada) para a sala de consulta (esfera pública). Nesse ínterim, alguns documentos sinalizam para as redes de sociabilidades intelectuais, políticas de amizade, instituições educacionais e sociedades culturais, onde os intelectuais interagem e havia um encontro de gerações. Esta comunicação pretende contribuir para as discussões de gestão de acervos pessoais, além de fazer a conexão entre as ciências sociais.

Palavras-chave: Walter Fernando Piazza; arquivos pessoais; patrimônio arquivístico.

Abstract: This communication intended to reflect on the patrimonialization of a personal collection based on Walter Fernando Piazza's archive, from its constitution as a private collection to the custody process for public consultation. Thus, methodologically, this text is divided in two moments. The first one addresses the process of patrimonialization: social and political uses of a personal archive, its composition, and the management of its collection, considering its influences and social and political uses, above all, demarcating that these processes come from collecting. The second moment reflects on the processes of transition of the collection, from the office, private sphere, to the consultation room, public sphere. In the meantime, some documents point to the intellectual sociability networks, friendship policies, educational institutions, and cultural societies, in which intellectuals interacted and there was a meeting of generations. This communication intended to contribute to the discussions of personal collections management, in addition to making the connection between the social sciences.

Keywords: Walter Fernando Piazza; personal archives; archival heritage.

Resumen: Esta comunicación pretendió reflexionar sobre la patrimonialización de una colección personal con base en el archivo de Walter Fernando Piazza, desde su constitución como colección privada hasta el proceso de custodia para consulta pública. Así, metodológicamente este texto se divide en dos momentos. El primero aborda el proceso de patrimonialización: usos sociales y políticos de un archivo personal, su composición y manejo de su colección, considerando sus influencias y usos sociales y políticos, sobre todo, delimitando que esos procesos provienen del coleccionismo. El segundo momento reflexiona acerca de los procesos de transición de la colección, desde la oficina, ámbito privado, a la sala de consulta, ámbito público. Mientras tanto, algunos documentos apuntan a las redes de sociabilidad intelectual, políticas de amistad, instituciones educativas y sociedades culturales, en que interactuaban intelectuales y había un encuentro de generaciones. Esta comunicación pretendió contribuir a las discusiones sobre la gestión de colecciones personales, además de hacer la conexión entre las ciencias sociales.

Palabras clave: Walter Fernando Plaza; archivos personales; patrimonio archivístico.

INTRODUÇÃO

O presente artigo reflete sobre os arquivos pessoais e seus usos políticos e sociais problematizando os processos de patrimonialização. O tema e o objeto de análise referem-se à constituição e aos usos de um arquivo pessoal de um intelectual catarinense, Walter Fernando Piazza (1925-2016), doravante WFP, refletindo os conceitos e as categorias pertinentes aos arquivos pessoais, sob o olhar multidisciplinar da historiografia, do patrimônio e da arquivologia.

Walter Fernando Piazza foi professor secundarista e universitário, jornalista, historiador de ofício, geógrafo, folclorista, arqueólogo, membro de instituições culturais no Brasil e no exterior e um dos fundadores da então Associação dos Amigos do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina (Apesc) e idealizador dos Encontros Estaduais de Arquivos.

O escopo do artigo divide-se metodologicamente em dois momentos-chave: o tópico “Sobre o processo de patrimonialização – usos sociais e políticos de um arquivo pessoal” aborda as relações de composição e gestão do acervo, suas influências e usos sociais e políticos, assim como o processo de patrimonialização advindo do colecionismo intelectual; “Do gabinete à sala de consulta” reflete a circulação de intelectuais por várias instituições culturais e científicas ou a onipresença, no caso, da Faculdade Catarinense de Filosofia (FCF), posteriormente incorporada à Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e à Comissão Catarinense de Folclore (CCF), ao dirigir o seu Boletim Trimestral.

Os intelectuais que atuavam nas instituições mencionadas possuíam capital social e cultural, o que propiciava trânsitos entre diversas instituições culturais e científicas. Por exemplo, a FCF visava formar quadros para o ensino secundário e superior do estado. A CCF tinha um sentido da memória e da patrimonialização das culturas do povo, especificamente da área litorânea de colonização açoriana. Com base nessa premissa, em conjunto com o movimento folclórico brasileiro, a CCF torna-se uma das mais atuantes no cenário nacional perante órgãos de cultura de preservação e de difusão, fortalecida com a impressão do Boletim Trimestral, tendo por redator/editor WFP por um longo período. Todos esses mecanismos culturais, invariavelmente, auxiliaram a fortalecer o campo das Ciências Sociais no Brasil no século XX, como demonstraram os estudos de Sérgio Miceli (1989), a exemplo da Sociologia, História, Filosofia e Antropologia; acrescentaríamos a tal análise as Ciências Aplicadas, como a Arquivologia e a Museologia, vertentes do patrimônio, enquanto campo de conhecimento.

SOBRE O PROCESSO DE PATRIMONIALIZAÇÃO – USOS SOCIAIS E POLÍTICOS DE UM ARQUIVO PESSOAL

Pensando em arquivos pessoais, a primeira questão remete ao patrimônio e à patrimonialização:

A perenidade de qualquer acervo é assegurada pelo desejo de conservação e pela atribuição de valores, por indivíduos, instituições e pela sociedade ao conjunto reunido. Na garantia da preservação de acervos, interferem inúmeros aspectos; entre eles, a proteção jurídica constitui-se em mecanismo indispensável (POSSAMAI, 2020, p. 47-48).

Todos os acervos são compostos por documentos de uma entidade física ou jurídica produtora e custodiadora. Um acervo pessoal, assim como um acervo público, é composto por uma espécie documental que pode reunir tipos e gêneros documentais em diferentes formatos e suportes.

De acordo com o *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*, organizado pelo Arquivo Nacional (2005), classificam-se como espécie documental: atas, cartas, decretos, filmes, discos, folhetos, ofícios, fotografias, memorandos, plantas, relatórios, entre outros. Já os tipos documentais são divisões da espécie documental, reunião de documentos por suas características comuns, considerando as regras da diplomática, seja a natureza do seu conteúdo ou a técnica de registro. A diplomática possui um cunho comprobatório de autenticidade e proveniência, pois se trata de documentação de cunho jurídico-administrativo na gênese, como reflete Bellotto (2006, p. 45): “estrutura formal dos atos escritos de origem governamental e/ou notarial”.

Portanto, espécie documental, tipos e gêneros documentais são classificações arquivísticas distintas. Os tipos documentais podem se dividir entre exemplares de daguerreótipos, litogravuras, serigrafias, xilogravuras, cartas precatórias, cartas-régias, cartas-patente, decretos sem número, decretos-lei, decretos legislativos, entre outros. O gênero documental dos acervos é composto, portanto, por documentos que possuem imagens fixas ou em movimento, assim como os registros sonoros e audiovisuais.

O conjunto documental de WFP, privado mas de interesse público, possui numerosa espécie documental que se subdivide em tipos e gêneros documentais, tais como: manuscritos – correspondências –, datiloscritos, fotografias, livros, cartões, documentos pessoais e profissionais, comendas, medalhas, troféus, selos, objetos de cunho devocional, diários, agendas, produção intelectual de terceiros (recortes de jornais e periódicos), entre outros documentos que possuem conexões com o produtor do acervo.

O início da acumulação para a composição do arquivo pessoal de WFP remonta ao ano de 1948, ocasião do Primeiro Congresso de História Catarinense, realizado sob os auspícios do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina (IHGSC), do qual foi presidente. Como marco temporal e fundacional de constituição do arquivo pessoal, podemos considerar o fim da década de 1940 e o referido evento para conexões na formação de redes de sociabilidades intelectuais e de produção de bens simbólicos, especialmente relacionados aos estudos sobre a colonização açoriana em Santa Catarina.

Contudo, para a composição dos acervos pessoais, existe uma prática arquivística que, involuntariamente ou não, pressupõe um colecionismo, uma operação intelectual ou física que pretende salvaguardar os objetos ou documentos sob uma lógica de ordenamento pessoal, conceitos que podem ser conferidos no *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística* (ARQUIVO NACIONAL, 2005).

Pensamos em refletir sobre arquivos pessoais partindo da premissa de Miguel S. Palmeira (2013, p. 79):

Embora a ida aos arquivos para a descoberta de “documentos” cumpra, entre os historiadores, um papel de exercício iniciático análogo à do trabalho de campo para os antropólogos, o uso de fontes arquivísticas (“pessoais” ou não) em pesquisas de história intelectual, em particular de história da historiografia, está longe de ser algo óbvio. Grande parte dos trabalhos na área concentram-se seus esforços na publicação dos textos publicados que compõem a obra de um “pensamento” – ainda que sob a rubrica de autores associados a tal “pensamento” se organizem um ou mais acervos e “manuscritos”. Como a funcionalidade dos arquivos para pesquisa histórica nunca é independente das questões propostas pelo pesquisador, há uma lógica nesse gosto historiográfico, existem objetos de história intelectual cuja construção e cujo estudo prescindem (ou ao menos minimizam a importância) da consulta de material arquivístico, sem prejuízo da investigação.

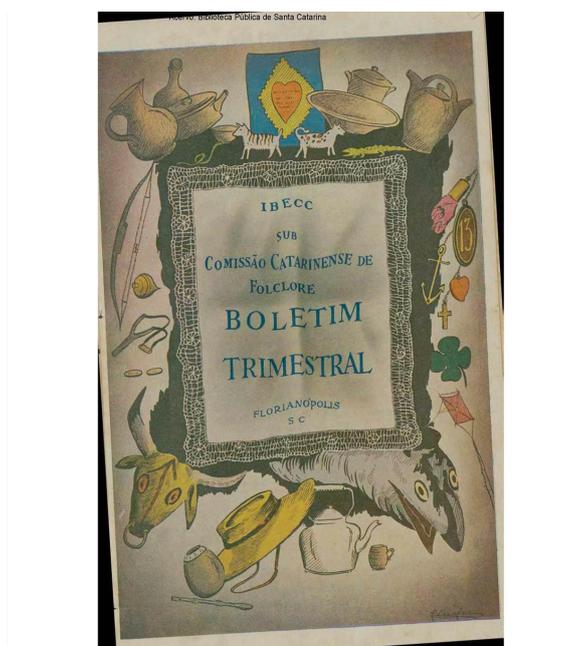
Nesse sentido, pensamos no arquivo pessoal de Walter Fernando Piazza (figura 1), voltado para o trabalho do historiador que se debruçou sobre o campo intelectual, especialmente o catarinense com suas conexões no Brasil e no exterior. WFP se inseriu em dois lócus de sociabilidade intelectual: a formação de quadros de professores do ensino médio e do ensino superior de Santa Catarina, tendo como âncora a FCF, fundada em 1951 e depois incorporada à UFSC; e a CCF e seu Boletim (figuras 2 e 3), os quais foram estruturados sob a perspectiva do movimento folclórico nacional comandado por Renato Almeida e sob a perspectiva da Antropologia Cultural, dirigida por Oswaldo Cabral.

Figura 1 – Walter Fernando Piazza

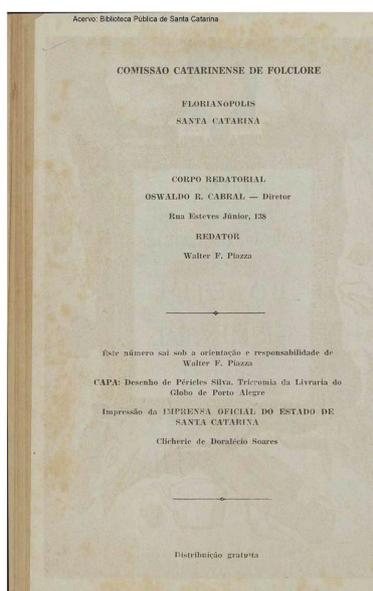


Foto: Cristina Maria da Silveira Piazza

Figura 2 – Capa do Boletim da CCF



Fonte: Hemeroteca Digital Catarinense (s.d.)

Figura 3 – Ficha técnica do Boletim Trimestral

Fonte: Hemeroteca Digital Catarinense (s.d.)

A FCF foi fundada por um grupo de intelectuais do laicato católico e de padres jesuítas do Colégio Catarinense, em 8 de setembro de 1951. O núcleo fundacional da FCF teve como aglutinador o professor e desembargador Henrique da Silva Fontes (1885-1966), que foi idealizador e diretor da instituição, cujo projeto cultural e educacional propiciou a formação de inúmeros intelectuais que estudaram naquela instituição e seguiram carreira acadêmica e com prolíficas produções, como o professor e historiador Walter Fernando Piazza.

A FCF surgiu num processo de efervescência cultural e de renovação de práticas educacionais do estado (CARMINATI; FASOLO, 2019). Foi no curso de graduação em História e Geografia que WFP começou a gestar a sua produção intelectual, com o livro que é fruto da disciplina de Antropologia Cultural, ministrada pelo professor Oswaldo Rodrigues Cabral (1903-1978), intitulado *A mandioca e a sua farinha* (Florianópolis: FCF/Curso de Geografia e História/Cadeira de Antropologia Cultural, 1956. 29 p. il com fotografias originais de Waldir Fausto Gil).

Em nossa opinião, os intelectuais da FCF circulavam pelos mesmos espaços de sociabilidade intelectual e a CCF e o seu Boletim foram importantes polos de discussão das culturas do povo, notadamente da área litorânea catarinense ou do que se convencionou chamar de área de colonização açoriana, que fora objeto de estudo desde 1948, com o Primeiro Congresso de História Catarinense.

Os sumários do Boletim da CCF espelham as políticas de amizade e as afinidades eletivas do seu redator durante longos anos. O arquivo pessoal de WFP aponta para uma série de correspondências com intelectuais engajados no movimento folclórico nacional, dos países da América do Sul e de Angola, como o professor, escritor e etnólogo Óscar Bento Ribas (1909-2004), as missivas vinham acompanhadas de fotografias que faziam referências às pesquisas para seus livros, como *Ilundo: divindades e ritos angolanos* (1958), e sua vasta produção intelectual, além dos contatos de Ribas com o folclorista potiguar Câmara Cascudo (1898-1986).

DO GABINETE À SALA DE CONSULTA

A historiadora Letícia Borges Nedel (2013, p. 131) estudou o deslocamento de arquivo entre os universos doméstico e institucional e chamou à atenção para o seguinte:

[...] a designação de certa forma ambivalente dos arquivos pessoais já sinaliza o caráter problemático de seu estatuto historiográfico, arquivístico e patrimonial. Sua inscrição entre dois mundos anima aproximações contraditórias, sustenta interesses múltiplos, alimenta uma circularidade nem sempre consentida entre as experiências metodológicas da pesquisa, os investimentos comerciais de editores e a curiosidade do público sobre os bastidores da atuação de personalidades públicas. Inversamente, a natureza equívoca desses conjuntos contribui para que dentro da reflexão arquivística eles ainda ocupem um lugar periférico, que se reflete na escassez de literatura específica sobre o tema e nas incertezas metodológicas quanto ao tratamento desse tipo de material. Enfrentar analiticamente essas aproximações e desencontros supõe refletir sobre os desafios colocados à ciência arquivística e a história pelas dinâmicas variáveis de produção e acumulação dos registros de natureza pessoal.

No caso em estudo, o arquivo pessoal de um intelectual catarinense, de um estado periférico da federação, cujo arquivo pode ser visto como um “ato biográfico” ou “o arquivamento de si” – segundo Mckemmis (2018) –, mantém a esfera pública.

Daí a dificuldade do historiador em lidar com um arquivo pessoal. O arquivo de WFP não passou por uma gestão documental realizada por uma secretária/organizadora ou arquivista; a organização foi feita pelo titular. Conforme trabalho anterior, constatamos que o arquivo (PIAZZA; SOUZA, 2021), do seu gabinete – local do seu colecionismo – à sala de consulta do Instituto de Documentação e Investigação em Ciências Humanas (IDCH), da Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc), passou do local de produção privada para um local de custódia e consulta pública.

A partir desse momento, o arquivo passa por uma ambivalência, entre a casa e a rua, das entranhas da intimidade, esfera privada, ao olhar inquiridor do pesquisador, esfera pública. Contudo o acervo de WFP ainda não passou pelo crivo de um trabalho arquivístico dentro do IDCH. Quando isso ocorrer, há de se considerar no processo o olhar técnico do arquivista, que geralmente atua na indexação, classificação, criação de arranjos, coleções, fundos, política de gestão de arquivos, o que pode alterar sobremaneira a percepção do historiador.

Por isso, os novos conceitos de arquivologia indicam ser imprescindível manter a integridade do conjunto documental, ou seja, a manutenção e o ordenamento do arquivo pessoal, o que tecnicamente é denominado organicidade, para que a prática arquivística não interfira na constituição do acervo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

À guisa de conclusão, pensamos esse arquivo pessoal sob a ótica da história dos intelectuais de província que se articulam, principalmente, com os da capital da república e suas instituições culturais e científicas. Sob tal perspectiva destaca-se a Comissão Nacional de Folclore (CNF) e suas congêneres estaduais, e com base nessas articulações e atuações são criados os museus e arquivos públicos e privados do estado de Santa Catarina. Levando em conta essas questões, vislumbramos e refletimos aqui sobre a musealização, a patrimonialização e o arquivamento de documentos e a monumentalização de trajetórias. Sobretudo porque intelectuais que organizam seus arquivos privados, a exemplo de Walter Fernando Piazza, em decorrência de funções exercidas em cargos públicos, nesse caso, têm

o ímpeto colecionista documental com prevalência de garantir legados para a posteridade, o que demarca uma intencionalidade observada no processo de coleção.

Este artigo apontou para a transição do acervo pessoal do âmbito doméstico para a esfera pública, em que passou a ser consultado por um público acadêmico. A documentação em questão diz respeito a uma trajetória profissional que se ancora no Primeiro Congresso de História Catarinense, em 1948, com seus desdobramentos na criação da Comissão Catarinense de Folclore (CCF) e seu Boletim Trimestral, que deu visibilidade às culturas do povo de Santa Catarina, notadamente da área litorânea ou do que se convencionou chamar de colonização açoriana.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro, 2005. 232 p. (Publicações técnicas, n.º 51).

BELLOTTO, H. L. **Arquivos permanentes**. Tratamento documental. 4. ed. Rio de Janeiro: FVG, 2006.

CARMINATI, C. J.; FASOLO, C. P. (org.). **Gênese e constituição da Faculdade Catarinense de Filosofia**: relatórios de reconhecimento, programas e professores dos cursos de Filosofia, Geografia, História e Letras. Florianópolis: Editora Insular, 2019.

DESVALLÉES, A.; MAIRESSE, F. (ed.) **Conceitos-chave de museologia**. 9. ed. brasileira. Florianópolis: FCC, 2014.

MCKEMMISCH, S. Provas de mim... *In*: HEYMANN, L.; NEDEL, L. (org.). **Pensar os arquivos**: uma antologia. Tradução de Luiz Alberto Monjardim de Calazans Barradas. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018. p. 239-259.

MICELI, S. (org.). **História das Ciências Sociais no Brasil**. v. 1. São Paulo: Vértice / Editora dos Tribunais / Idesp, 1989.

NEDEL, L. B. Da sala de jantar à sala de consultas: o arquivo pessoal de Getúlio Vargas nos embates da história política recente. *In*: TRAVANCAS, I.; ROUCHOU, J.; HEYMANN, L. (org.). **Arquivos pessoais**: reflexões multidisciplinares e experiências de pesquisa. Rio de Janeiro: Editora FGV / Faperj, 2013. p. 131-163.

PALMEIRA, M. S. Arquivos pessoais e história da história: a propósito dos Finley Papers. *In*: TRAVANCAS, I.; ROUCHOU, J.; HEYMANN, L. (org.). **Arquivos pessoais**: reflexões multidisciplinares e experiências de pesquisa. Rio de Janeiro: Editora FGV / Faperj, 2013. p. 79-99.

PIAZZA, M. de F. F.; SOUZA, G. M. de. Um olhar sobre o arquivo de Walter Fernando Piazza. *In*: ENCONTRO CATARINENSE DE ARQUIVOS, 15., Florianópolis, 2021. Florianópolis: AAESC, 2021. **Anais...** No prelo.

POSSAMAI, Z. Patrimônio e acervos. *In*: CARVALHO, A.; MENEGUELLO, C. (org.). **Dicionário temático de patrimônio**: debates contemporâneos. Campinas: Editora Unicamp, 2020. p. 47-50.